

## **Nanismo e inclusão escolar no Brasil: desafios, acessibilidade e possibilidades pedagógicas no contexto da educação inclusiva**

Rafaela Corrêa Ribeiro<sup>1</sup>  
Keyth Cristine de Oliveira Cordeiro<sup>2</sup>

### **Resumo**

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos princípios fundamentais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente a partir das discussões internacionais relacionadas aos direitos humanos, à equidade e à garantia de acesso à educação para todos. Nesse cenário, diferentes países têm reformulado seus sistemas educacionais com o objetivo de promover a inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Entre os diferentes grupos que demandam atenção no campo da educação inclusiva, encontram-se as pessoas com nanismo, condição genética caracterizada principalmente pela baixa estatura em relação à média da população, frequentemente associada a diferentes tipos de displasias ósseas. Trata-se de uma deficiência física rara que pode gerar barreiras significativas na interação com o ambiente social e escolar. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de estudantes com nanismo no contexto da educação brasileira, analisando de que maneira as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a organização do ambiente escolar podem contribuir para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de documentos legais e normativos relacionados à educação inclusiva e aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Entre os documentos analisados, destaca-se o Decreto nº 5.296/2004, que reconhece o nanismo como deficiência física e estabelece normas voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão social. A problematização central do estudo parte da compreensão de que as dificuldades enfrentadas por estudantes com nanismo no contexto escolar não se restringem às características corporais, mas estão diretamente relacionadas às barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais presentes nas instituições de ensino. Os resultados da análise indicam que a efetivação da inclusão escolar exige que docentes e gestores desenvolvam um olhar atento às necessidades específicas de cada estudante, considerando adaptações que podem envolver desde ajustes no mobiliário escolar até adequações em atividades pedagógicas. Como conclusão, destaca-se a importância da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico fundamental para identificar necessidades específicas e planejar estratégias que favoreçam a participação plena dos estudantes com nanismo nas atividades escolares. Além disso, compreender o percurso histórico da educação das pessoas com deficiência no Brasil, marcado por processos de exclusão, institucionalização e posterior construção de políticas inclusivas, contribui para evidenciar que ainda existem desafios significativos para a consolidação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; nanismo; acessibilidade; annabre; inclusão escolar.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de Ciências. Docente da SME/RJ e SEEDUC. Associação Nanismo Brasil. [rafaela\\_1308@yahoo.com.br](mailto:rafaela_1308@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Técnica em Radiologia. Educadora Social. Associação Nanismo Brasil. [keythcristin@gmail.com](mailto:keythcristin@gmail.com)

## **Educação inclusiva: o desafio da inclusão escolar de estudantes com nanismo**

A história da educação das pessoas com deficiência no Brasil evidencia que, durante grande parte do século XX, esses indivíduos foram excluídos dos sistemas educacionais ou encaminhados para instituições especializadas. Conforme analisa Januzzi (2008), a educação especial no Brasil passou por diferentes fases, que incluem períodos de exclusão, institucionalização, integração e, mais recentemente, a construção de políticas voltadas à inclusão escolar.

A educação inclusiva constitui atualmente um dos princípios centrais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente a partir das discussões internacionais sobre direitos humanos e igualdade de oportunidades. Ao longo das últimas décadas, diversos países passaram a reformular seus sistemas educacionais com o objetivo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, tenham acesso à educação em ambientes escolares regulares.

Nesse cenário, discutir a inclusão escolar de estudantes com nanismo torna-se fundamental para compreender os desafios ainda presentes na implementação da educação inclusiva no país. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de crianças com nanismo no sistema educacional brasileiro, discutindo aspectos relacionados ao preconceito, à acessibilidade física nas escolas, às políticas públicas de inclusão e às estratégias pedagógicas que podem contribuir para a construção de ambientes escolares mais inclusivos.

O nanismo é caracterizado como uma condição genética que provoca baixa estatura em relação à média da população e está associado, em muitos casos, a diferentes tipos de displasias ósseas. Trata-se de uma deficiência física rara, cuja incidência é relativamente baixa na população, mas que pode gerar barreiras significativas na interação com o ambiente social e escolar. No Brasil, o reconhecimento do nanismo como deficiência física foi consolidado juridicamente pelo Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade e para a integração social das pessoas com deficiência. Esse reconhecimento é fundamental porque permite compreender que as dificuldades enfrentadas por pessoas com nanismo não estão apenas relacionadas à condição corporal, mas às barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais presentes nos diferentes espaços da vida cotidiana, incluindo a escola.

## **Percursos para a construção do trabalho**

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como um estudo bibliográfico e documental. A investigação foi desenvolvida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas sobre a história da educação especial e as políticas de educação inclusiva no Brasil. Entre as principais referências utilizadas estão os estudos de Januzzi (2008), Capellini e Mendes (2006), Ziliotto e Gisi (2018), além das reflexões de Bobbio (2004) sobre direitos humanos.

Também foram analisados documentos legais relacionados à inclusão escolar, incluindo o Decreto nº 5.296/2004, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), legislações voltadas ao combate ao preconceito contra pessoas com nanismo e a compilação sistematizada da Educação da pessoa com nanismo e tecnologia assistiva (Brasil, 2021).

Além da revisão bibliográfica, foram consideradas experiências e relatos divulgados por organizações da sociedade civil, especialmente a Associação Nanismo Brasil (ANNABRA), que desenvolve ações de sensibilização em escolas e universidades com o objetivo de promover a inclusão social e educacional das pessoas com nanismo.

A análise dos dados foi realizada por meio de interpretação crítica da literatura, buscando identificar os principais desafios e as possibilidades pedagógicas relacionadas à inclusão escolar de estudantes com nanismo.

### **Barreiras e possibilidades na construção da inclusão escolar**

Apesar dos avanços legais e institucionais relacionados à educação inclusiva, estudantes com nanismo ainda enfrentam diversos desafios no ambiente escolar. Entre esses desafios destacam-se o preconceito, o bullying, a ausência de acessibilidade arquitetônica e a falta de formação docente voltada à inclusão (Brasil, 2021).

O bullying constitui um dos problemas mais recorrentes relatados por estudantes com nanismo. A exposição constante a piadas, apelidos e estigmatização pode provocar impactos significativos no desenvolvimento emocional e na permanência escolar desses estudantes. Nesse contexto, iniciativas institucionais voltadas ao enfrentamento da violência escolar tornam-se fundamentais. No estado do Rio de Janeiro, a atuação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) tem se destacado na investigação de crimes de discriminação e intolerância, incluindo casos de bullying e violência motivados por preconceito. A atuação dessa delegacia representa um importante avanço no reconhecimento de que práticas discriminatórias também podem ocorrer no ambiente escolar e precisam ser

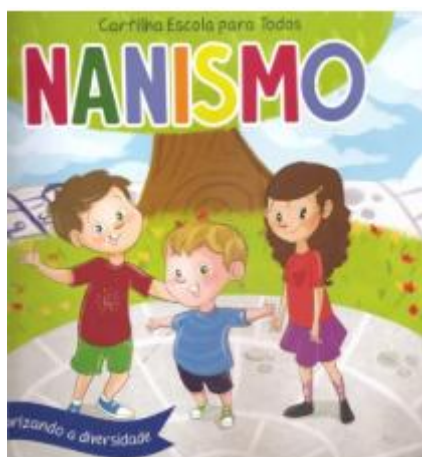
combatidas por meio de políticas públicas e ações institucionais.

Segundo Lage, Lunardelli e Kawakami (2023, p. 11), “o capacitismo trata-se de uma postura que procede de um julgamento moral, associado unicamente à capacidade e à funcionalidade de estruturas corporais, que busca avaliar. No caso específico das pessoas com nanismo, o capacitismo frequentemente se expressa por meio de estereótipos sociais e representações midiáticas que associam a baixa estatura à comichidade ou à infantilização. Essas representações contribuem para a naturalização do preconceito e podem ser reproduzidas no ambiente escolar por meio de apelidos, piadas ou atitudes discriminatórias.

Diante desse cenário, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige o enfrentamento das práticas capacitistas presentes na sociedade e nas instituições educacionais. Isso implica não apenas a criação de políticas públicas e legislações voltadas à inclusão, mas também a transformação das práticas pedagógicas e das relações sociais no interior das escolas.

Nesse contexto, iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil também desempenham papel relevante na promoção da inclusão e na disseminação de informações qualificadas sobre o tema. A Associação Nanismo Brasil (ANNABRA), por exemplo, tem realizado ações de sensibilização e formação voltadas à comunidade escolar, promovendo palestras educativas em instituições de ensino, além de disponibilizar materiais pedagógicos que auxiliam professores e gestores na compreensão das especificidades relacionadas ao nanismo, abordando temas como inclusão e combate ao capacitismo.

Imagem 1: Cartilha Escola para todos Nanismo



Fonte: Annabra (2025)

Além das atividades formativas presenciais e virtuais, a associação também disponibiliza materiais educativos destinados ao ambiente escolar, como <sup>3</sup>cartilhas informativas em formato digital (PDF), materiais pedagógicos em <sup>4</sup>desenho animado voltados ao público infantil, folders explicativos e orientações pedagógicas para educadores. Esses materiais têm como objetivo ampliar o conhecimento sobre o nanismo e contribuir para a construção de práticas escolares mais acessíveis e inclusivas, auxiliando escolas e profissionais da educação na implementação de estratégias que favoreçam a participação plena dos estudantes com nanismo no cotidiano escolar. Esses recursos buscam contribuir para a construção de ambientes escolares mais informados, acessíveis e acolhedores, favorecendo o enfrentamento do preconceito e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser compreendida como um projeto político e pedagógico comprometido com a valorização da diversidade humana e com a promoção da justiça social. Ao reconhecer que todos os estudantes possuem diferentes formas de aprender, interagir e participar da vida escolar, a educação inclusiva contribui para a construção de ambientes educativos mais democráticos e equitativos.

Outro desafio significativo refere-se à acessibilidade física nas escolas. Muitos espaços escolares ainda apresentam barreiras arquitetônicas que dificultam a autonomia de estudantes com nanismo, como quadros muito altos, pias e bebedouros fora de alcance e mobiliário escolar inadequado.

A adaptação do mobiliário escolar é fundamental para garantir postura adequada durante as atividades pedagógicas. Estudos na área de ergonomia educacional indicam que cadeiras escolares devem permitir que os pés permaneçam apoiados no chão ou em suporte adequado, pois a ausência de apoio pode gerar sobrecarga na coluna vertebral e provocar desalinhamento postural. De acordo com Souza, Fialho e Silva (2010), o mobiliário escolar deve ser projetado de forma a garantir apoio adequado para pés, pernas e região lombar, favorecendo a manutenção da postura ereta e reduzindo tensões musculares durante atividades prolongadas de leitura e escrita.

---

<sup>3</sup>Cartilha disponível no site: [Nova versão da Cartilha Escola para Todos Nanismo](#)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://youtu.be/NaVkvHIX00A?si=oJ7qvjlMBOldKDUk>

Foto 1: Cadeira adaptada com materiais simples: banco e uma almofada



As autoras (2025)

Foto 2: Cadeira construída com adaptação



Fonte: Autoras (2025)

As imagens acima demonstram que as adaptações na cadeira escolar para crianças com

nanismo podem ser realizadas de diferentes maneiras, seja por meio do uso de almofadas e bancos de apoio em cadeiras convencionais, seja pela utilização de cadeiras especificamente adaptadas para atender às suas necessidades ergonômicas oferecendo conforto para os estudantes. A adaptação de equipamentos como pias e bebedouros também é essencial para promover autonomia e independência dos estudantes. A acessibilidade arquitetônica constitui um princípio fundamental da educação inclusiva, pois garante que todos os estudantes possam utilizar os espaços escolares de forma segura e digna.

### **Caminhos para a consolidação da inclusão escolar**

A análise realizada neste estudo evidencia que, embora o Brasil tenha avançado na construção de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, ainda existem desafios importantes relacionados ao preconceito, ao bullying e à ausência de adaptações estruturais nas escolas.

Nesse contexto, a efetivação da inclusão escolar de estudantes com nanismo exige que docentes e gestores educacionais desenvolvam um olhar atento às necessidades específicas de cada criança. Essas necessidades podem variar significativamente e não se restringem apenas ao campo pedagógico, podendo envolver adaptações no mobiliário escolar, adequações relacionadas ao desenvolvimento de habilidades motoras finas ou ajustes nas atividades propostas nas aulas de educação física, de modo a garantir participação segura e significativa dos estudantes.

Dessa forma, torna-se fundamental que a escola realize uma avaliação cuidadosa das condições de aprendizagem e participação do estudante, elaborando estratégias pedagógicas que favoreçam sua autonomia e desenvolvimento. Nesse contexto, destaca-se a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico voltado à inclusão. Segundo Brasil (2021), o Plano de Ensino Individualizado é uma proposta de organização curricular que norteia a mediação pedagógica do professor, assim como desenvolve os potenciais ainda não consolidados pelo aluno.

Esse reconhecimento legal representa um avanço importante, pois considera que as barreiras arquitetônicas, sociais e culturais podem limitar a participação plena das pessoas com nanismo na sociedade. No campo educacional, isso significa reconhecer que estudantes com nanismo podem enfrentar obstáculos específicos relacionados ao ambiente escolar, às práticas pedagógicas e às relações sociais estabelecidas na escola.

Nesse sentido, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige ações integradas que envolvam políticas públicas, formação docente, adaptação do ambiente escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas. Entre as principais estratégias para promover a inclusão de estudantes com nanismo destacam-se a implementação do Plano Educacional Individualizado, a adaptação do mobiliário escolar, a promoção de ações educativas de combate ao capacitismo e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à acessibilidade.

Além das barreiras estruturais presentes no ambiente escolar, é necessário considerar também as dimensões simbólicas e culturais que atravessam a experiência educacional de estudantes com nanismo. Em muitos contextos sociais, a baixa estatura ainda é tratada por meio de representações estigmatizadas que reforçam visões estereotipadas, frequentemente associadas à ridicularização ou à infantilização das pessoas com essa condição. Essas construções sociais acabam influenciando as relações estabelecidas no ambiente escolar, podendo se manifestar em comportamentos discriminatórios, apelidos pejorativos ou atitudes de desvalorização que impactam negativamente o desenvolvimento emocional e social dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que as instituições educacionais assumam um papel ativo no enfrentamento das práticas capacitistas ainda presentes na sociedade. A construção de uma educação inclusiva exige não apenas a implementação de legislações e políticas públicas voltadas à garantia de direitos, mas também a transformação das práticas pedagógicas, das relações institucionais e da cultura escolar. Isso implica promover processos educativos que valorizem a diversidade humana, incentivem o respeito às diferenças e estimulem a reflexão crítica sobre preconceitos historicamente naturalizados.

Nesse contexto, a educação inclusiva deve ser compreendida como um projeto político e pedagógico comprometido com a promoção da justiça social e com o reconhecimento da diversidade como princípio fundamental da vida democrática. Ao reconhecer que cada estudante possui diferentes formas de aprender, interagir e participar do processo educativo, a escola amplia suas possibilidades pedagógicas e contribui para a construção de ambientes educacionais mais equitativos, participativos e socialmente responsáveis.

Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação social e educacional, no qual a diversidade humana é reconhecida como elemento central da construção de uma educação democrática. A consolidação desse processo

depende do compromisso coletivo de educadores, gestores, pesquisadores, famílias e formuladores de políticas públicas na construção de sistemas educacionais que garantam, de fato, o direito à educação para todos.

## Referências

### Artigo

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. **O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia**. Encontros Bibli, v. 28, p. e93040, 2023. Disponível em: [SciELO Brasil - O CAPACITISMO E SUAS FORMAS DE OPRESSÃO NAS AÇÕES DO DIA A DIA O CAPACITISMO E SUAS FORMAS DE OPRESSÃO NAS AÇÕES DO DIA A DIA](#) Acesso em 01 mar 2026.

SOUZA, Amaury Paulo de; FIALHO, Patrícia Bhering; MINETTE, Luciano José; SILVA, José de Castro. **Avaliação ergonômica de cadeiras de madeira e derivados**. *Revista Árvore*, Viçosa, MG, v. 34, n. 1, p. 157-164, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/Wgp3VLJJsV8nsgWjsf7VMCt/>. Acesso em: 05 mar. 2026.

ZILIOTTO, Gisele Sotta; GISI, Maria Lourdes. **As políticas de educação especial no Brasil: trajetória histórica dos normativos e desafios**. *Sisyphus — Journal of Education*, Lisboa, v. 6, n. 3, p. 99–115, 2018. Disponível em: [As Políticas de Educação Especial no Brasil: Trajetória Histórica dos Normativos e Desafios](#). Acesso em 10 fev. 2026

### Livros

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

JANUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2008.

### Capítulos de livros

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. In.: SASSAKI, Romeu Kazumi. (Org.) *Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003.

### Trabalhos de eventos

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. História da Educação Especial: em busca de um espaço na história da educação brasileira. Unicamp, p.1-

25, 2006. Disponível em:

[https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Ve-ra%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Ve-ra%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf). Acesso em 15 fev.2026.

### **Leis, decretos, portarias e afins**

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Disponível em: [D5296](#) Acesso em 13 de março de 2026

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [L13146](#) Acesso em 13 de março de 2026

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Educação da pessoa com nanismo e tecnologia assistiva / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: .  
[EDUCAODAPESOA COMNANISMO E TECNOLOGIA ASSISTIVA.pdf](#). Acesso em 13 mar 2026.